

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ÁREA DE FRONTEIRA:
PACARAIMA / RORAIMA / BRASIL**

Production of urban space in the border area:
Pacaraima / Roraima / Brazil

Producción del espacio urbano en la zona fronteriza: Pacaraima / Roraima / Brasil

Ana Lia Farias Vale
Universidade Federal de Roraima
lialuz3@hotmail.com

Sandra Elaine Trindade da Paz
Universidade Federal de Roraima
sandra_elainepaz@hotmail.com

Antonio Tolrino de Resende Veras
Universidade Federal de Roraima
antonio.veras@ufr.br

Resumo

A pesquisa *Produção do espaço urbano em área de fronteira: Pacaraima/Roraima/Brasil*, busca entender a cidade no processo de estruturação da sociedade evidenciada por meio das dimensões políticas e econômicas, expressas pelo sujeito social no espaço em área de fronteira, com olhar orientado para a problemática mais estrutural e estratégica do desenvolvimento; tendo como caracterização primordial os fatores políticos, por meio de levantamentos do processo histórico-sócio-político regional, entendendo as transformações ocorridas sob a influência de políticas públicas implementadas pelo Estado, após 1990, detectando e contextualizando os diferentes períodos de ocupação procurando mostrar a produção do espaço em área de fronteira com sobreposição de territorialidades, que se fundem e se completam, alterando os referenciais identitários no espaço e no tempo.

Palavras-chave: Produção do espaço. Territorialidade. Fronteira Amazônica. Roraima.

Abstract

The research *Production of urban space in the border area: Pacaraima/Roraima/Brazil*, seeks to understand the city in the structuring process of society evidenced by the political and economic dimensions, expressed by the social subject in the border area in space, with look geared towards more structural and strategic problems of development; with the primary characterization political factors through surveys the historical and socio-political regional process, understanding the changes occurring under the influence of public policies implemented by the state after 1990, identifying and contextualizing the different periods of occupation trying to show production the border area space with territorialities overlay, merging and complement each other, changing the identity references in space and time.

Keywords: Space Production. Territoriality. Amazon border. Roraima.

Resumen

La investigación *Producción del espacio urbano en la zona fronteriza: Pacaraima/Roraima/Brasil*, busca comprender la ciudad en el proceso de estructuración de la sociedad se evidencia por las dimensiones políticas y económicas, expresada por el sujeto social en la zona fronteriza en el espacio, a la mirada orientada hacia los problemas más estructurales y estratégicos de desarrollo; con los factores políticos de

caracterización primo a través de encuestas el proceso regional histórica y socio-política, la comprensión de los cambios que se producen bajo la influencia de las políticas públicas implementadas por el Estado después de 1990, la identificación y contextualización de los diferentes periodos de ocupación que pretenden demostrar la producción del espacio zona fronteriza con la superposición de territorialidades, fusión y se complementan cambiando las referencias de identidad en el espacio y el tiempo.

Palabras clave: Espacio de producción. Territorialidad. Frontera Amazónica. Roraima.

INTRODUÇÃO

O registro da pesquisa está distribuído neste artigo num primeiro momento, com resgate teórico da produção do espaço urbano como fator social de ocupação, impulsionado pelas estratégias geopolíticas territoriais dos agentes e atores, além de conceitos ligados a questionamentos que surgiram ao longo do texto e num segundo momento com pesquisa de campo *in loco* e documental.

O resgate teórico para responder o questionamento norteador deste artigo, buscaram-se abordagens já elaboradas por autores como Haesbaert (2004), Holzer (1997), que discutem a questão da territorialização do sujeito no espaço; Harvey (1992), Andrade (1995) Silva (1999), que discutem a produção do espaço; Becker (2009), Machado (1990), que analisam as transformações na Amazônia numa perspectiva geopolítica de ocupação e gestão do território pelo Estado; Steiman (2002), que trabalha as múltiplas fronteiras sociais e simbólicas entre os grupos sociais; além de outras abordagens teóricas, sobre espaço vivido e lugar, desenvolvidas por Santos (1996, 1998, 2002), que conseguiu ampliar o leque de análise de categorias geográficas, priorizando aquelas que dizem interesse ao enfoque questionado.

O recorte temporal da pesquisa transcorre a partir dos anos de 1990, fundado a partir dos números coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde se observa uma significativa acentuação na linha de crescimento populacional e uma modificação no dinamismo urbano da área analisada e, por sua vez, territorial, portanto com necessidade de políticas públicas mais eficaz.

No item que trata à produção do espaço, parte-se da compreensão da capacidade de concentração de forças econômicas e políticas que provocam transformações na paisagem, assegurando um contínuo ciclo produtivo, com a ação de múltiplos gestores que o produzem na complexidade de formação geopolítica do território e da disputa de territorialidades que a ocupação envolve.

Partindo da primícia de que o principal produtor do espaço no estado de Roraima e no município de Pacaraima é o Estado Nacionalista, foi traçada a evolução do processo de produção geopolítica dos referidos espaços, identificando o domínio territorial estatal, sempre numa constante dinamicidade de reprodução.

Neste contexto, foi dado especial destaque a produção da área urbana de Pacaraima, por meio de uma periodização, dentro dos limites em que se conjugam a administração municipal e que revelam toda a ação do 'poder' do Estado na produção deste espaço, procurando evidenciar a produção social do espaço em área de fronteira com sobreposição de territorialidades, que se fundem e se completam, alterando os referenciais identitários no espaço e no tempo.

Produção social do espaço urbano

A produção de um determinado espaço é resultado do nível de integração entre os diferentes elementos da paisagem natural, da paisagem cultural e relacionados diretamente a diferentes usos do tempo. A posição do homem e suas relações constituem o mais importante fator de influência na origem das formas da paisagem, sujeitas a mudanças pelo desenvolvimento de técnicas ou sobreposição de culturas, onde este expressa o seu lugar na natureza como modificador das condições naturais originais.

Neste sentido, Harvey (1992, p. 69) analisa a produção do espaço urbano, destacando que as cidades são compostas de várias camadas que formariam o chamado “palimpsesto”, ou seja, vários tempos passados, que deixaram suas marcas nas formas construídas, que se sobrepõem formando novas “paisagens”. Esse teórico complementa a importância de perceber que é somente “por sobre” o antigo que se constrói o “novo”, utilizando-se ou destruindo o “velho”, o “passado”.

Milton Santos denomina estas paisagens construídas de “rugosidades”, que seriam: “o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. [...] Assim, [...], espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo” (SANTOS, 2002, p. 173).

Para Fonseca (2004), existem duas dimensões a serem consideradas no espaço: uma primeira, a partir da forma observada, do chamado design espacial, que é perceptível pelos sentidos e que dá um ‘retrato’ do momento, daquilo que de fato aconteceu: um resultado; e uma segunda dimensão, aquela do processo de produção deste design, não apreendido empiricamente, a própria produção do espaço.

Neste caso, encontram-se subsídios na formulação de Santos (2002, p. 284) sobre as horizontalidades e verticalidades do espaço. Segundo ele:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.

No espaço urbano a sobreposição de culturas, aliadas a inovação de técnicas, são fatores importantes na constante dinamicidade de reestruturação urbana, com intensidades que variam a partir do nível da sociedade, pois quanto mais complexa a cidade, menor a percepção das sobreposições. A reestruturação da cidade é determinada pela divisão técnica e social do espaço, pelas sutilezas entre necessidades e desejos, pelo papel das organizações sociais, pela presença das instituições e pela propriedade privada da terra.

Essa argumentação vem a ser confirmada quando Santos (1998, p. 32) salienta que o meio técnico-científico é formado pela junção da “tecnoesfera” (resultado da articulação do meio ambiente) e da “psicoesfera” (resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos); ou quando Santos (1996, p. 136) reafirma que a “tecnologia, constrói e reconstrói o espaço, num crescente conteúdo de ciência e de técnica”, mecanizando o território, substituindo o meio natural,

remodelando tanto o meio rural quanto o urbano, trazendo mudanças na composição técnica e orgânica do espaço, materializando as subjetividades expressas no espaço.

Dentro desse conjunto, estão os fenômenos sociais que definem o plano social, as dinâmicas específicas do urbano misturando fragmentos que se caracterizam pela multifuncionalidade de uma identidade forte, marcando territorialidades e permutando valores que se completam e/ou se confundem, com práticas sócio espaciais que definem os conteúdos e imagens de cada parcela do espaço urbano e as territorialidades dos indivíduos.

Enfim, a cidade é uma projeção da sociedade sobre o espaço, através das ruas, praças, jardins, construções, que são denotadas de diferentes apropriações pelos que a compõem. Também fazem parte da paisagem urbana a vida cotidiana, o movimento, os adensamentos, o barulho, num sistema integrado e harmônico de relações elaboradas entre o homem, o tempo e o espaço. Como afirmara Almeida (2000/2001, p. 10):

[...] as transformações sociais, políticas e econômicas deixam na cidade marcas ou sinais que contam uma história não verbal, pontilhada de imagens, que tem como significado o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutrem, através dos tempos, o cotidiano dos indivíduos.

Ficam cristalizadas imagens do mundo real e do imaginário, preservadas e transmitidas ao longo de cada história de vida os valores e percepções de uma cultura, conforme as experiências ambientais, cristalizando em si o tempo vivido, investido de afetividade, de significâncias valorativas. A paisagem é uma herança do espaço vivido, “transformada a todo instante, de maneira contínua, ao longo dos tempos [...] reinterpretada a cada nova experiência, a cada nova percepção do espaço” (LIMA, 1996, p. 10).

A dinâmica da produção do espaço reúne informações locais extremamente vitais e bem definidas, vinculadas aos conteúdos técnicos, políticos, econômicos, culturais e naturais, conjuntamente associáveis e integrados, moldados dentro da realidade do lugar construindo uma identidade a partir de vínculos históricos temporais ou não, pois a expressividade refletida na paisagem do espaço produzido, é antes de tudo, territorialidades sociais que o homem se apropria “territorializando-o”. Variações surgidas a partir do termo território, é frequentemente usadas por Haesbaert (2004, p. 120) (territorializa, desterritorializa e reterritorializa), e dita os diferentes níveis de uso e apropriação do espaço pela sociedade desde o “espaço de vida pessoal” até uma conotação de um território a nível psicológico, tratando-se nesse sentido apenas de uma mudança de escala, onde todas as atitudes são domínios de relação e produção, pois no mesmo instante em que se abandonam antigos territórios, criam-se novos.

Haesbaert (2004, p. 138) diz que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas”, reforçando a ideia descrita anteriormente por Santos (1998, p. 38): “o cotidiano é essa quinta dimensão do espaço. [...] É o próprio ciclo da vida e a própria reprodução espacial”.

Territórios abandonados não significa destruído, ficam neles impressões subjetivas, expressas em territorialidades, ou objetivas, expressas em ruínas, que determina uma nova paisagem, que mediam a prática de reprodução (reterritorialização) numa sequência que dá origem a um ciclo contínuo, absorvendo a cada momento novas territorialidades.

O território como espaço que denota um determinado poder, tem como ponto relevante, a importância em se distinguir as relações culturais das relações sociais que ocorrem dentro deste. "O espaço social é produto, o espaço cultural é estímulo. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção, o segundo em termos de significação e de relação simbólica. Um emoldura, o outro é o portador do sentido" (BONNEMAISON, 1981 *apud* HOLZER, 1997, p. 84)¹.

Holzer (1997) ainda afirma que a territorialidade não pode ser reduzida ao estudo do sistema territorial, ela é a expressão dos comportamentos vividos, da constituição do mundo pessoal e intersubjetivo, tomando assim os lugares como constituintes essenciais do território, delineando as diferenças, a diversidade de suas identidades culturais.

Nesse contexto o espaço amazônico tem em sua essência territorialidades peculiares ao cotidiano vivido pelos indivíduos que o compõem sem desprezar as influências recebidas e assimiladas ao longo da ocupação ocorrida de forma descontínua e em extensões reduzidas, ao longo de quatro séculos. O movimento da população é produto e produtor de transformações econômicas, políticas e culturais, e os instrumentos de análise convencionais não dão conta da complexidade delas nem da diversidade de situações em que ocorrem.

No entanto, é o Estado Nacional o principal regulador social, político e econômico, e permanece protagonista na produção do espaço amazônico, que também se movimenta economicamente na expansão da fronteira, que é concebida como um espaço geopolítico estratégico e um campo aberto à produção, entre a modernização e a modificação da estrutura de poder social, o tradicional e o novo, o progresso econômico e a destruição do meio ambiente, o progresso econômico e a justiça social. Essas contradições se materializam no espaço nacional e assumem uma dinâmica específica na região (MACHADO, 1990).

Assim, pode-se acrescentar que na Amazônia, o papel do Estado ultrapassa sua função de governo e aparelho repressivo; ele é "um conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente sua dominação, mas também chega a obter o consentimento ativo dos governados" (MACHADO, 1990, p. 108).

Com o advento da globalização, a compreensão da mudança de enfoque sobre o papel do Estado Nacional permite caminhar para uma reformulação da definição da geopolítica. Na visão tradicional, a geopolítica fundamenta-se num conjunto de princípios e teorias que procura nos dados geográficos nacionais orientações e justificativas para uma política do país em suas relações com outros Estados, tendo como principais elementos a localização, a posição, a dimensão do território e da população, os recursos naturais, o domínio marítimo e aéreo, e o das informações, as fronteiras nacionais e os limites políticos internos.

¹ BONNEMAISON, Joel. Voyage Autour du Territoire. *L' Espace Géographique*, n. 10, v. 4, p. 249-262, 1981.

Segundo Machado (1990, p. 109), no Brasil, a visão geopolítica tradicional foi utilizada por um Estado militarizado e consubstanciada na ideologia da segurança nacional que serviu, entre outras, como justificativa para a ação estatal na Amazônia, mascarando o significado da dimensão espacial da própria ação política, com a criação de um “novo espaço - um novo polo espacial de investimentos” sobreposto em áreas com territorialidades anteriormente definidas.

Nessa intensa e constante produção espacial pelo Estado, a sobreposição de territórios na reprodução do espaço amazônico é mostrada por Becker (2009) quando esta discute sobre o novo lugar da Amazônia no Brasil, onde enfatiza que as transformações na Amazônia não são mero reflexo da globalização e sim de processos históricos anteriores que geraram profundas transformações estruturais na região, evidenciada pela questão do esgotamento desta como fronteira móvel. Como exemplo, a autora destaca o arco de povoamento, formado pelo adensamento das estradas numa faixa na qual se localiza o centro da economia regional² e que numa reprodução espacial ocorrida ao longo das últimas quatro décadas ganha uma nova reconfiguração com um povoamento consolidado e em processo de consolidação, com atividades mais eficientes e rentáveis, representadas na agricultura e na pecuária com implementos tecnológicos tornando-as mais produtivas.

Becker (2009) ainda enfoca a constituição de novos municípios sobrepostos às áreas das Unidades de Conservação (UCs)³ e Terras Indígenas. Esses territórios são expressões de novos atores que, diante de novas tendências ambientais global, adquiriram um novo papel que valoriza os processos sociais, já não só da instância estatal, mas da população e das comunidades. Também se verifica a sobreposição de projetos de pequenos produtores que indicam uma mudança das relações territoriais, mostrando o extremo dinamismo dos diferentes segmentos sociais na busca do desenvolvimento da região.

Associada a criação de novos municípios sobrepostos às UCs e a Terras Indígenas, na Amazônia, tem-se a questão da ocupação mais intensa em áreas de fronteira política, em que se percebe uma fragmentação do espaço, condição da produção do espaço social.

Sabendo que a discussão teórica sobre fronteira tem uma multiplicidade de abordagens, para esse artigo, limitou-se ao conceito que remete ao estudo dos limites geopolíticos e jurídicos entre os Estados Nacionais sendo compreendida como zona de contato e fortalecimento político simbólico das diferenças entre “nós” e “eles”, mas também a fronteira pode ser pensada como um espaço de múltiplas relações de poder e hibridismo com uma pluralidade social intensa podendo ser vista a partir da intersecção de múltiplos atores de diferenças sociais (classe, etnia, gênero, nação) pois como aponta Albuquerque (2012, p. 76) “cada

² Faixa que une o leste do Pará a Rondônia, passando por partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso na borda da floresta designada principalmente como Arco do Desmatamento, do Fogo ou de Terras Degradadas.

³ Unidades de Conservação são porções delimitadas do território nacional, protegidas por lei por conterem elementos naturais de importância ecológica ou ambiental, observando as características naturais e assim, estabelecendo restrição à intervenção antrópica. Esta área é denominada segundo uma das categorias de Unidade de Conservação previstas por lei, das quais as principais são: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Área de Relevante Interesse Ecológico. Texto disponível em:

http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/definicoes/o_que_sao_unidades_de_conservacao.html.

Acesso em: 22 nov. 2015.

fronteira política é atravessada por múltiplas fronteiras sociais e simbólicas entre os grupos sociais que ocupam esses territórios fronteiriços”.

Com o pensamento de Albuquerque (2012, p. 83) de que “a fronteira não é um cenário dado, naturalizado, é um palco construído por muitos atores” a territorialidade expressa na produção do espaço em municípios localizados em áreas de fronteira na Amazônia deve ser analisada num primeiro momento com o Estado atuando nessa produção, para depois perceber a atuação da população que ali se encontra.

Os municípios localizados numa faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, dispõe de dispositivos regulamentares básicos pertinentes à Faixa de Fronteira (Lei n.º 6.634, de 02 de maio de 1979 regulamentada pelo Decreto n.º 85.064 de 26 de agosto de 1980), com políticas públicas específicas em que o Estado atua de forma direta, consideradas Áreas Especiais que estão sob regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas nestas áreas, concessões de terras e serviços e auxílio financeiro do governo federal; secundariamente, no tocante a gratificação especial de localidade (BRASIL, 1979; BRASIL, 1980).

Estes municípios ainda contam com o privilégio de fazerem parte de um programa para o desenvolvimento da área urbana num sistema de cidades-gêmeas internacionais, que contam com uma parceira no outro país, propiciando condições ideais para o intercâmbio e a cooperação interfronteiriça, formando territórios estruturados dentro da faixa de fronteira, onde se realizam fluxos transfronteiriços, inseridas em múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional, através de acordos locais e regionais, com uma institucionalização de iniciativa local, criando mecanismos administrativos e legais que incrementam a economia (STEIMAN, 2002).

No que diz respeito às populações locais, como atores sociais na produção do espaço, com suas práticas cotidianas e saberes relativos ao território, a partir de movimentos sociais e étnicos, revelam-se através de novos processos de dominação incorporados ao modo de implantação dos projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que implementam políticas de desenvolvimento que sejam adequadas para superar a insistente dicotomia desenvolvimento-preservação que tem sido questionado na região desde os anos de 1990.

Processo histórico na produção do espaço em Roraima

O espaço ao mesmo tempo em que é a base material concreta do traslado do homem é a referência simbólica (territorialidade) construída e reconstruída, num processo de identificação, traçadas através de ações e discursos objetivos e subjetivos, práticas e representações, na construção da identidade através da materialização da própria história do lugar.

Portanto, os espaços geográficos são produtos concretos de processos históricos, nos quais interagem natureza e sociedade através da ocupação demográfica e produtiva desses espaços, que se transformam pela força e ritmo dos fatos histórico-sócio-político-econômicos.

Na percepção de Andrade (1995, p. 14), o espaço produzido “é um espaço social e não um espaço natural”. Esse processo não se estabelece pela inexistência do “natural” enquanto espaço não apropriado, mas pela natureza social humana que constrói e projeta uma espacialidade vivida “territorialmente” elaborada com as dimensões materiais e imateriais que o indivíduo social possui em reação ao mundo e ao universo.

O espaço é produzido de acordo com a história que o homem produz, é também produzido obedecendo às leis do desenvolvimento da sociedade a partir dos modos de produção. A história se prende as relações sociais executadas pela sociedade de classes, que se negam e se confrontam no decorrer da existência, na busca da superação das suas contradições, que passam a ser reproduzidas, dentro de um processo que é infinito, inacabado e em cuja essência está a própria vida (o movimento) (SILVA, 1999).

Silva (1999, p. 17) salienta que: “a realidade do espaço se revela no processo reprodutivo [...] de territorialização e este é constituído de momentos, onde a totalidade expressa o movimento dialético da natureza e sociedade e suas determinações específicas, em termos de tempo e de lugar”. A autora ainda afirma que: “o homem é espaço, está no espaço e produz espaço a um só tempo” (SILVA, 1999, p. 50).

Portanto, a análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, onde a periodização permite compreender valor, podendo ser concretizado a partir de uma variável ou de um conjunto delas.

Nesta perspectiva faz-se necessário, que se trace a historicidade espacial da área onde hoje se encontra o estado de Roraima, como um espaço geopolítico marcado por edificação de postos de vigilância e missões religiosas, numa política de gestão de aldeamentos na tentativa de ocupar a região, comprometidas com uma política de gestão colonizadora permeadas por revoltas de grupos nativos contra os aldeamentos, o isolamento da região e a dependência em termos de suprimentos (VALE, 2014).

Na gestão territorial da área pelo Estado, sobreposto as edificações de vigilância, o governo português introduziu na área do alto rio Branco⁴, três fazendas de gado, no final do século XVIII, marcado pelo fluxo migratório de nordestinos na região, que chegaram e apoderaram-se do lugar das populações nativas remanescentes do fracassado modelo de aldeamentos. “Os nordestinos se tornaram os principais responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra para a pecuária da região, que passou a ser a principal atividade econômica” (BARROS, 1995, p. 49).

Com base em dados divulgados pelo IBGE (1981, p. 8), “após a Proclamação da República, com o Decreto Lei n.º 49, no dia 9 de julho de 1890, foi criado o município de Boa Vista do Rio Branco, desmembrado do município de Moura” (Estado do Amazonas), sendo usado como limite o rio Aiamapô também conhecido por rio Lobo d’Almada, seguindo por este até sua desembocadura no rio Catrimani, seguindo por este até a sua desembocadura no rio Branco, seguindo por este em sentido norte até a desembocadura do rio Anauá, seguindo por este até sua nascente na fronteira com a Guiana.

⁴ Segundo Vale, (2014), o rio Branco, principal afluente da margem esquerda do rio Negro, constitui-se na principal via hídrica de Roraima, formado pela junção dos rios Uraricoera e Tacutu, toma a direção geral nordeste/sul, estende-se por cerca de 600 km.

Este mesmo decreto elevou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à categoria de Vila de Boa Vista do Rio Branco e após trinta anos, no Recenseamento Geral de 1920, “o município de Boa Vista do Rio Branco compunha-se unicamente da sede e detinha uma população de 7.424 habitantes” (IBGE, 1981, p. 8), período este marcado pela inexistência de políticas de ocupação, agravado pelo precário sistema de transporte, entre outros motivos como o fracasso do mercado da borracha.

Segundo Bonatto (2002, p. 92 *apud* VALE, 2014, p. 88-89)⁵ duas décadas depois, em 1940, a população que se encontrava na área não ultrapassava aos onze mil habitantes movidas por atividades econômicas voltadas para a produção pecuária e agrícola de forma incipiente.

Em 1940 o Serviço Nacional de Recenseamento estimava a população do Município de Boa Vista em 10.541 habitantes (exclusive os índios), numa área de 170.581 km², com uma densidade de 0,06 hab./km², oitenta vezes menor que a média nacional no mesmo período, 4,84 hab./km². Neste mesmo recenseamento registrou-se para a capital não mais que 1.500 pessoas, e uma população rural de 86,7% do total. As atividades rurais eram o trato do rebanho bovino e garimpo, ficando Boa Vista como centro administrativo e posto de troca/venda de mercadorias.

Com o Decreto Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943 (BRASIL, 1943), mais uma sobreposição territorial jurídica fomentada pelo Estado ocorreu criando o Território Federal do Rio Branco, formado a partir de municípios amazonenses. O município de Boa Vista e parte dos municípios de Moura e Barcelos, compondo uma extensão de 230.104 km², sendo dividido em dois municípios com os nomes de Boa Vista e Catrimani, sendo este último criado com o desmembramento dos municípios de Moura, Carvoeiro e todo o distrito da ilha do Catrimani. “Na mesma ocasião, Boa Vista foi elevada à categoria de cidade e capital do novo Território” (IBGE, 1981, p. 8).

Ainda com base em informações do IBGE (1981), em 1944, o Município de Boa Vista foi dividido em três distritos: Boa Vista, Caracará e Murupu, através do Decreto Lei n.º 6.550. Neste mesmo ano, foi instituída a primeira tentativa de ocupação, como ato organizado do poder público criando colônias de assentamento com o objetivo real de estabelecer povoamentos mais estáveis.

Assim nas análises documentais é perceptível a reprodução espacial fomentada por políticas públicas, na área em que se encontra o estado de Roraima de 1841 até os anos de 1960, voltadas exclusivamente ao desenvolvimento urbano de Boa Vista, centro político administrativo; com o rio Branco exercendo o papel de via de acesso, possibilitando o desenvolvimento econômico e povoamento da área.

Com o Decreto Lei n.º 4.182, de 13 de dezembro de 1962 (BRASIL, 1962) o nome foi alterado para Território Federal de Roraima, que passou a ser governado por militares no período pós 1964, continuando como palco de transformações implantadas por estes. Da união entre o Ministério da Aeronáutica, do Interior e dos Transportes, nasceu uma nova estratégia de ocupação para Roraima, com a implantação das rodovias federais BR 174 (ligando Manaus a Boa Vista), a BR 210 (Perimetral Norte, cortando o sul do

⁵ BONATTO, F. *Transformações na paisagem natural de Boa Vista, Roraima: um diagnóstico ambiental por geoprocessamento*. 2002. 346 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Estado de leste a oeste) e a BR 410 (Boa Vista a Bonfim), entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, marcando uma nova etapa de ocupação demográfica.

A abertura desses eixos rodoviários, aliada às políticas públicas de expansão da urbanização, a entrada de recursos financeiros, como também pelo acolhimento de parte da população de outros estados, acarretou transformações socioeconômicas que acentuaram as migrações em direção aos pequenos núcleos e para as novas áreas de colonização agrícola.

Com a estratégia geopolítica de ocupação do Estado através dos “Grandes Projetos” nos anos de 1970, no Território Federal de Roraima foi efetivado o Plano de Desenvolvimento de Roraima (POLORORAIMA), nascido dentro do Programa Especial de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). No entanto, estes grandes projetos governamentais de colonização não tiveram grande alcance para os municípios localizados na faixa de fronteira do extremo norte de Roraima, pois a construção de rodovias federais, através da concretização dos “Grandes Projetos”, neste período da historialização da produção do espaço em Roraima, priorizou a integração do centro político administrativo, localizada no centro norte do território, ao estado do Amazonas, localizado ao sul do território roraimense. Dessa forma, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do II Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) preconizou-se a ocupação ao longo dos eixos rodoviários em direção ao sul do território, com a instalação ou reestruturação de núcleos habitacionais para a prestação de serviços e apoio a população de colonos (VALE, 2014).

Com relação ao aparecimento de aglomerados humanos que surgiram em função das colônias, vislumbrou-se a oportunidade política de justificar a entrada de recursos federais extras (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) com a criação de novos municípios em Roraima, além de uma preparação para a criação do futuro estado.

Assim, com uma população crescente, novas políticas territoriais foram estabelecidas e no dia 1º de julho de 1982, pela Lei n.º 7.009 foram criados seis novos municípios (cinco destes originaram-se de ex-colônias): Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí (desmembrados do município de Boa Vista), Normandia, São João da Baliza, São Luiz (desmembrados do município de Caracaraí) (BRASIL, 1982).

Na década seguinte, novas configurações administrativas se desdobraram com as Leis n.º 82 e 83 de 4 de novembro de 1994, dispendo sobre a criação dos municípios de Caroebe e Iracema e Leis n.º 95 e 96 de 17 de outubro de 1995, dispendo sobre a criação dos municípios de Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis, mais uma vez desmembrado da área do município de Boa Vista (VALE, 2014).

Assim, muitos projetos implementados pelo Estado, modificam a configuração original do espaço o que termina por produzir uma área com territorialidades sobrepostas provocadas em diferentes temporalidades reformulando e adequando o espaço na pretensão de atender as necessidades da população.

É neste contexto, que Roraima passa por processos reprodutivos do seu espaço, configurando-se como espaço produzido, resultado da gestão intervencional do Estado em busca da legitimação de grupos, controlando os lugares, a hierarquia das partes, a segregação e homogeneidade, garantindo a promoção dos interesses.

Produção do espaço urbano em área de fronteira: Pacaraima

O município de Pacaraima encontra-se em área de Faixa de Fronteira, conforme figura 1, caracterizada por deter 1.095,5 mil km²; uma população em torno de 703,3 mil; um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1.698,7 milhão; um PIB per capita de US\$ 2.415 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,577, sendo atingido por políticas públicas através do Programa Calha Norte (PCN), que a partir de 1995, vem se destacando pela gestão integrada do Estado com esforços em três níveis: o federal, o estadual e o municipal, além de estímulos e articulações valorizando parcerias em outras esferas, integrando instituições de ensino, pesquisa, planejamento, organizações não-governamentais e associações, todos identificados com o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia (BRASIL, 2000).



Figura 1. Faixa de Fronteira e Núcleos de Ocupação da Amazônia Setentrional Brasileira: destaque para Pacaraima.

Nesse sentido, com o propósito de dinamizar o desenvolvimento da área, foi elaborado para cada município atendido pelo PCN, um Plano de Desenvolvimento Local (PDL), integrado e sustentável, contendo diretrizes para investimentos nos segmentos social, econômico, físico e institucional, que representam as principais dimensões do processo de desenvolvimento.

No setor social os investimentos tiveram como base a melhoria do padrão da vida da população através da implantação de programas, projetos e atividades que propiciem a promoção e inclusão social com a educação formal, a reeducação de procedimentos quanto à utilização dos recursos naturais, a saúde e as ações de caráter comunitários e associativistas.

Os investimentos na infraestrutura econômica estão baseados em programas que buscam o fortalecimento das atividades econômicas municipais mediante ações que promovam a agregação de valores econômicos qualitativos e quantitativos à produção local (rural e urbana), mediante o conhecimento das potencialidades econômicas que apresentam aceitação nos mercados local, regional e extra regional.

O PCN também propõe ações de apoio ao desenvolvimento das atividades socioeconômicas, nas áreas de comunicação, saneamento ambiental, além de equipamentos urbanos e rurais, fortalecendo a infraestrutura física básica dos municípios atingidos e por fim uma infraestrutura institucional voltada para a modernização do sistema de gestão municipal, com a capacitação de recursos humanos e da reformulação de métodos administrativos, para que o município venha a assumir o papel de promotor do seu próprio desenvolvimento.

As políticas públicas implementadas pelo Estado, na área de fronteira, através do PCN, têm sido, em grande parte, responsáveis pela implantação e manutenção da infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira; do apoio aéreo; do atendimento as tribos indígenas e da assistência às comunidades (educação e saúde), além da melhoria da infraestrutura de energia elétrica e transportes.

Nas áreas de atuação do PCN, tem-se a proposta de uma ocupação seletiva baseada no desenvolvimento sustentável visando a ordenação do processo de ocupação humana e das atividades produtivas, evitando pressões antrópicas que possam sobrecarregar o meio ambiente, preservando e conservando os recursos naturais com o objetivo de um eco desenvolvimento, buscando uma organização do território delimitada pela redução da desigualdade da área com o restante do país, condição necessária ao crescimento e desenvolvimento regional.

Como resultado, na área da Faixa de Fronteira entre 1991 e 2000, segundo Steiman (2002, p. 40) o ritmo de urbanização foi superior ao da Região Amazônica, fomentado pela “criação de quarenta e nove novos municípios” (após os anos de 1980) na área, o que explica o crescimento da população urbana e justifica a criação do município de Pacaraima.

Assim, no contexto dos processos reprodutivos do espaço surgem aglomerados humanos que vislumbram a oportunidade política de justificar a entrada de recursos federais extras pleiteando transformações, que de modo geral se urbanizam e paralelamente transformam o cotidiano dos indivíduos em relação ao passado.

Na tarefa de apreender as transformações sociais (econômicas e políticas), entendidas, não como práticas distintas, mas que ocorrem simultaneamente numa progressão de fases que se superpõem sem datas rígidas, parte-se da ideia, que o espaço atual se encontra como revelador do processo histórico pela qual passou.

Assim, na área, onde se encontra o município de Pacaraima, a produção territorial, num primeiro momento ocorreu com a instalação da Fazenda Real São Marcos, administrada pelo Estado, sobreposta as terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, marcando a primeira sobreposição no território dos índios Macuxi, Taurepang e Wapixana. A sede urbana, estabelecida dentro dos limites da Terra Indígena São Marcos originou-se de uma vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil/Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e familiares que se instalaram servindo ao Estado na implantação da política de ocupação de fronteira (ROCHA; SILVA, 2011;) (SARTORI; BETHÔNICO, 2011).

Assim, o processo de urbanização de Pacaraima está relacionado com o período de militarização brasileiro, com o Estado traçando um plano estratégico para integração da Amazônia à economia nacional, com a implantação de base militar na região no início dos anos de 1970.

[...] instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira, planejando garantir a segurança nacional da fronteira próxima à Venezuela no ano de 1975, e que a abertura da rodovia BR-174, também na década de 1970, intensificou-se o processo de ocupação da referida área quando, além do crescimento do aglomerado, foram implementados projetos de assentamentos ao longo da referida estrada (ROCHA; SILVA, 2011, p. 63).

A sobreposição de territorialidades, na produção do espaço no município de Pacaraima, vem ocorrendo numa constância em toda a sua área territorial de 8.063,9 Km². Na área urbana, além do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira, território administrado pelo Ministério da Defesa através do Exército Brasileiro, tem-se a Receita Federal sob administração do Ministério da Fazenda. O restante do território do município, no que se entende por área rural, é administrado pelo Ministério da Justiça através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), numa área de 7.920,09km² (BRASIL, 2000), que corresponde a 98,81% de todo o município, reservada à população indígena onde ficam as Reservas Indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. Vale ressaltar que, apenas 1,19% do município está destinado a ocupação e expansão urbana, conforme figura 2.

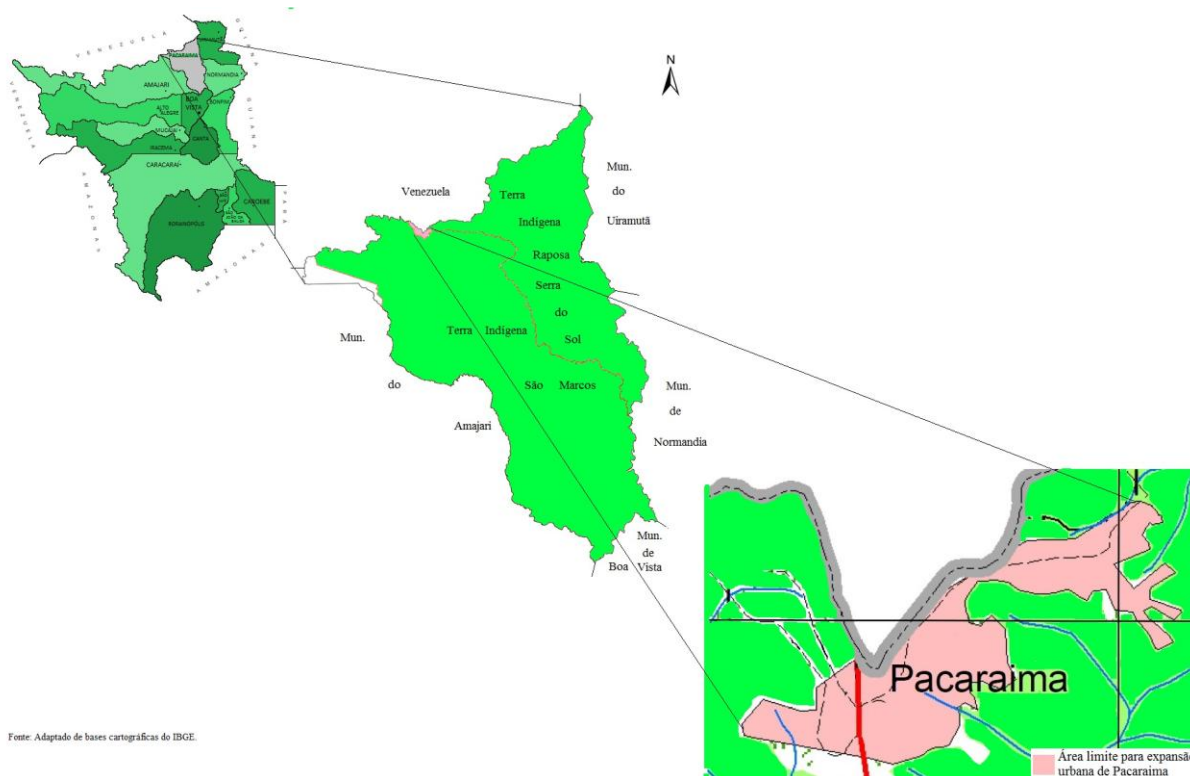


Figura 2. Município de Pacaraima: localização, destinação institucional do território - destaque para expansão da área urbana.

A FUNAI contabilizou em 2014, 462 terras indígenas regularizadas, representando em média 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Região Norte (54%).

Especialmente nos estados e municípios localizados em faixa de fronteira, a demarcação de terras indígenas garante uma maior presença e controle estatal, a partir de políticas específicas, incentivos fiscais e repasse de recursos federais exclusivamente destinados às terras indígenas e às políticas indigenistas desenvolvidas dentro e fora das terras indígenas (BRASIL, 2014).

Estes repasses e recursos estão relacionados à gestão territorial e ambiental; à educação escolar indígena; às políticas habitacionais voltadas às terras indígenas; a ações de etnodesenvolvimento; fomento à produção indígena e assistência técnica agrícola em terras indígenas. A demarcação das terras indígenas tenta garantir a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas contribuindo para a construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural (BRASIL, 2014).

Baseado em pesquisa de campo, usando bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE, pode-se afirmar que o município de Pacaraima se limita a norte com a República Bolivariana da Venezuela; a nordeste com o município de Uiramutã; a leste e sudeste com o município de Normandia; noroeste, oeste, sudoeste e sul com o município de Amajari e a sul com o município de Boa Vista (Figura 2).

A entrada na área urbana de Pacaraima é típica de enclaves urbanos amazônicos, seguindo por uma rodovia que corta uma floresta fechada, com árvores de grande porte como Jutaí, Piquiá, Mandioqueira, Sumaúma, Matamatá e Sucupira, vegetação típica do sistema “Floresta Tropical Ombrófila Densa no ecossistema Montana e Submontana”, seguida por uma clareira, justificada pela retirada da cobertura vegetal para a ampliação da área urbana e da construção da rodovia BR-174, contornadas por morros e colinas recobertas por savanas do tipo arbustiva: “Savana Estépica Aberta” (MAGALHÃES; D’ OLIVEIRA; MOREIRA, 1988, p. 364).

A produção e a reprodução do espaço geográfico e seus fenômenos envolvem um conjunto de processos técnicos e epistemológicos articulados e neste contexto, os aspectos físicos (geomorfologia, climatologia, biomas) de uma área urbana, tem grande relevância para a gestão dos recursos naturais e uso e ocupação do solo, servindo como instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas para a gestão e projetos de urbanização.

Em Pacaraima, um levantamento feito por Nascimento, Tavares Júnior e Beserra Neta (2011, p. 26), identificaram uma diversificação nas formas de relevo que compõe a paisagem local de Pacaraima e entorno “inseridos em três compartimentos geomorfológicos distintos compreendidos pelas unidades morfoestruturais Planalto do Interflúvio Amazonas-Orenoco, Planalto Sedimentar Roraima e Superfícies Pediplanadas Intramontanas”.

Estes acrescentam que:

O clima que compreende a região da cidade de Pacaraima é caracterizado por ser quente e úmido, do tipo climático “Am”, Equatorial Úmido, segundo a classificação de Köppen, com precipitação média anual variando de 1700 à 2000 mm [...] com uma estação seca bem definida, mas as chuvas são mais frequentes e melhor distribuídas ao longo ano (NASCIMENTO; TAVARES JÚNIOR; BESERRA NETA, 2011, p. 33) (grifo dos autores).

Essas abordagens em estudos ambientais têm especificamente a preocupação de dar direção aos gestores no entendimento dos ambientes naturais, para assim planejarem uma organização espacial físico-territorial garantindo a preservação de biomas na área e no entorno.

Pacaraima apresenta um desenvolvimento sócio espacial produzido pelo setor primário, no entanto é o Estado o maior interventor da produção na área urbana em duas instâncias: através de uma política municipal que atua diretamente mediante a um planejamento urbano (essas políticas servem para subsidiar, à custa do dinheiro público, a produção de espaço do setor privado) e com uma política federalista protecionista de fronteira como um produtor direto de espaço, com políticas fiscais que limitam a entrada de pessoas e produtos impondo impostos e implementando leis.

Segundo Vale (2014), as teorias existentes da relação do Estado como produtor direto, com a do consumo coletivo, continuam limitadas para apreender a sua natureza, da mesma forma que abordagens dos movimentos sociais urbanos baseadas nessas mesmas teorias existentes não tratam compreensivamente do processo político iniciado pelo ímpeto hegemônico do espaço abstrato à custa da vida cotidiana.

A cidade de Pacaraima dispõe de infraestruturas básicas para o desempenho do processo de desenvolvimento de setores econômicos, funcionando como primeiro centro de apoio receptivo para quem entra por rodovia no Brasil, proveniente da Venezuela e a última para quem sai pela rodovia. A localização na fronteira com a Venezuela, centraliza funções de organização de setores, tornando-a entrada norte na Amazônia Setentrional Brasileira.

Na perspectiva de uma evolução histórica urbana, pode-se afirmar que a periodização permite dar valor às coisas e ela só pode ser concretizada a partir de uma variável ou de um conjunto delas. Dentro dos limites em que se conjugam a gestão municipal, a área que corresponde a zona urbana de Pacaraima vem sofrendo transformações, com um plano urbano partindo e voltado para a BR 174 e se estendendo a nordeste e leste, seguindo a linha de fronteira (Figura 2), permanecendo na categoria clássica de cidade de zona concêntrica com uma estrutura interna sustentada e afetada por atividades do sistema produtivo terciário, regulamentada pelo poder municipal e federal.

No centro comercial, denominado Bairro Vila Velha, é a área onde se pode constatar a produção do espaço promovida pelo poder privado, com microempresas concentradas principalmente ao longo e no entorno das ruas Suapi, Brasil e Guianas com lojas, supermercados, restaurantes, pousadas etc. Essa área apresenta a melhor infraestrutura da malha urbana com pavimentação, rede de esgoto e iluminação.

Mesmo com projetos que orientam o poder municipal na forma e direcionamento da ocupação urbana, para minimizar impactos ambientais, ocupações irregulares foram detectadas em morros e colinas, em área de expansão urbana. Na área central da cidade, no Bairro Morro do Quiabo, foi observado uma área de ocupação irregular, posteriormente regularizada devido a questões socioeconômicas, com uma razoável infraestrutura, apresentando ruas pavimentadas, rede de iluminação pública e água encanada, com uma quantidade expressiva de residências construídas nas vertentes do morro, com exposição de blocos rochosos, caracterizando assim, uma área de risco eminente, já que podem ocorrer deslizamento de terras no período chuvoso.

Em direção sul da área urbana, há uma extensa área reservada ao Pelotão do Exército Brasileiro e no sentido oeste está instalado o Pelotão Militar de Fronteira, impedindo a expansão. No entanto, nesta mesma direção, na área denominada Bairro da Balança, mesmo com espaços apresentando processos erosivos, que seriam um empecilho, ocorre um crescimento desordenado e desorganizado, com residências construídas na encosta dos morros (NASCIMENTO, TAVARES JÚNIOR E BESERRA NETA, 2011) (ROCHA; SILVA, 2011).

Ao norte da cidade, no Bairro Suapi, o Morro do Elefante, apresenta em sua encosta, feições erosivas lineares, voçorocas e ao longo da BR-174, no setor urbano, as incisões das feições erosivas lineares são constantes nas bases e médias vertentes com falhas e fraturas, e mesmo com morros cobertos pela vegetação de savana gramínea do tipo arbustiva, o solo apresenta processos erosivos de lixiviação, favorecendo ao surgimento de feições erosivas (NASCIMENTO, TAVARES JÚNIOR E BESERRA NETA, 2011).

A produção do espaço urbano nas áreas de expansão dos bairros Suapí, Vila Nova, Orquídea e Jardim Florestal, foi observado a participação efetiva do Estado com a construção de Conjuntos Habitacionais, justificada pela ascensão vertiginosa da população, pois num período inferior a duas décadas, de 1996, um ano após a criação, à 2015, o número de habitante do município dobrou, com estimativas levantadas em 2015 pelo IBGE, a população municipal é de 11.908 pessoas, conforme mostra a figura 3.

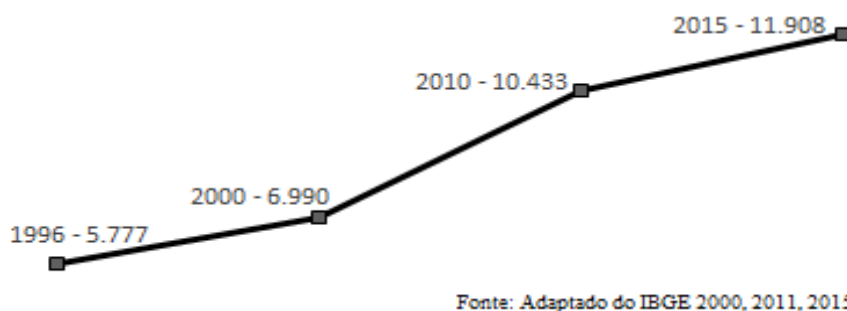


Figura 3. **Evolução da população do Município de Pacaraima: 1996/2000/2010/2015.**

Com base no Censo Populacional 2010 (IBGE, 2011), em Roraima 10,13% (40.821 pessoas) da população se autodeclarou indígena. Em Pacaraima, a população indígena é equivalente a 53,65% (4.789 pessoas) da população total do município, no entanto, alocados na área urbana, apenas 304 dos 4.514 habitantes se autodeclararam índios. Os demais indivíduos índios (4.485) do município encontram-se distribuídas em 36 aldeias na área indígena. Neste município a área rural está totalmente sobreposta às áreas administradas pela FUNAI, ficando evidente que grande parcela dos produtores rurais locais são os índios, que levam para área urbana o excedente da produção de subsistência, para comercialização.

Partindo do princípio de que, a produção do espaço ocorre com indivíduos que no cotidiano escrevem e reescrevem histórias vividas e que assim reproduzem o espaço impondo-lhes territorialidades, a produção do espaço de Pacaraima ocorreu e ocorre com ações de índios, não índios brasileiros e venezuelanos, impulsionados por fatores multiterritoriais com a participação efetiva do Estado,

principalmente como um regulador do desenvolvimento do uso da terra e manipulador do uso da propriedade.

A ideologia fundamental da vida municipal envolve a legitimação do impulso de crescimento econômico e como o controle da terra é o poder principal através dos quais as jurisdições locais podem regular o setor privado, líderes políticos municipais e interesses organizados em torno do desenvolvimento da terra formam muitas vezes, como que uma corporação de desenvolvimento imobiliário, juntando governo e empresários para criar uma rede pró-crescimento. Essas redes constituem o modo principal pelo qual a transferência local da terra se transforma num motor para a produção de espaço.

A política fundiária de Pacaraima, com ausência de um Plano Diretor e de uma legislação urbana adequada à natureza do município, é implementada com base na ordenação do espaço municipal, sob os requisitos de uso, parcelamento e ordenamento da ocupação do solo, delimitação e reserva de áreas verdes e controle de edificações, desenvolvidas, pelo Estado no meio urbano e rural. Nesse processo, a ocupação desordenada do espaço e a inexistência de políticas para a preservação ambiental, trazem consequências ao meio ambiente provocando a falta de qualidade de vida da população.

O meio urbano de Pacaraima, com uma área limitada em 143,81 km², torna-se extremamente densa e concentrada a poucos metros da linha de fronteira com um ordenamento partindo da BR 174 (e voltado para esta), com destaque para uso prioritário de comércios e serviços, com uma população voltada para a atividade comercial, superando o número de funcionários de órgãos públicos. No meio rural prioriza a regulamentação das atividades econômicas indígenas e reservas de proteção ambiental.

Assim em Pacaraima, ocorre a produção do espaço com a gestão do território pelo Estado, e partindo das informações e dos números de órgãos oficiais, pode-se traçar o perfil de territórios no espaço e no tempo, com a contribuição dos sujeitos que ali estiveram e estão e que cotidianamente produziram e reproduzem, o espaço através da história que num conjunto formam o território delimitado pela área urbana de Pacaraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão dos estudos sobre produção do espaço em área de fronteira, com agentes e atores redimensionando o território, com mudanças nas dimensões de forma simultânea num processo constante, com uma atuação explícita e direta do Estado como gestor.

Com um incremento populacional, e a criação novos espaços (expansão urbana), agenciado pelo Estado, reproduzindo espaços existentes, dando novas configurações no contexto social, Pacaraima, área de fronteira internacional e também área de domínio indígena, apresenta uma economia voltada para o comércio, surgindo em função da instalação do Terceiro Pelotão Militar de Fronteira, acrescentando outros determinantes como a construção da rodovia federal, ligando o país ao exterior.

Como a área urbana do município tem uma população ascendente, há uma nítida necessidade de ações políticas administrativas federais e municipais voltados ao planejamento social e econômico, através

da efetivação de práticas que viabilizem um crescimento organizado nesta área, pois é visível a espacialização de novos bairros se processando sem um planejamento prévio, contribuindo para o desordenamento territorial.

Há uma dinâmica subjetiva no território, com uma participação concreta de uma população, que mantém relações de poder, no setor privado (microempresário) e público (esferas estatais federativas e municipais) na área urbana de Pacaraima, onde se percebe a riqueza das múltiplas territorialidades em que a sociedade está mergulhada. Estas múltiplas territorialidades confirmam o Estado, enquanto reproduzidor do espaço majoritário, territorializando sua dimensão funcional e simbólica, numa tendência que cresce sob a fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção do espaço ocorre na área urbana, concentrada na linha de fronteira com a Venezuela, revelando a construção de uma identidade impar para a sociedade, onde as culturas indígenas (brasileiras e venezuelanas), e não indígenas local e itinerante se justapõem, resultando numa multiterritorialidade híbrida própria em constante reformulação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras múltiplas e paradoxais. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 22, p. 71-87, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens urbanas e a construção de territorialidades em Fortaleza. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, Sobral, EUVA, v. 2/3, n. 1, p. 9-15, 2000/2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995. (Teoria e Realidade, 29).

BARROS, Nilson Cortes Crocia de. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995. (Estudos Universitários, 009).

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n.º 4.182, de 13 de dezembro de 1962. *Dá ao atual Território Federal do Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima*. Brasília, 1962. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1962-12-13:4182>>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Estado Maior das Forças Armadas. Ministério da Defesa. Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979. *Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências*. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério da Justiça. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. *Regulamenta a Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira*. Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n.º 7.009, de 1º de julho de 1982. *Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Roraima, e dá outras providências*. Brasília, 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7009.htm>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Ministério da Defesa Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. Departamento de Política e Estratégia. *Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: estado de Roraima município de Pacaraima - agenda executiva - 2001/2004*. Brasília: FGV; ISAF, 2000.

_____. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-20>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

FONSECA, Venilson Luciano Benigno. A produção do espaço urbano e regional a partir da ótica do espaço enquanto referencial teórico de análise: algumas reflexões. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, São Paulo, março 2005. *Anais...* São Paulo: USP, FFLCH, 2005. p. 5284-5309. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Teoricos/05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Revista Território*, Ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Dados do Universo. Taxa de Crescimento Anual: 1991/2000. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Taxa_crescimento_anual_1991_2000/>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011, 261p. ISBN - 978-85-240-4188-4. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2015. *Diário Oficial da União* - 28/08/2015. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

LIMA, Solange Terezinha. *Paisagens e Ciganos*. 1995, 108f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

MACHADO; Lia Osório. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena P. de; MACHADO; Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. p. 107-113.

MAGALHÃES, Luís M. S.; D'OLIVEIRA, Marcus Vinicio; MOREIRA, Francisco Wessen. Relação entre solo e floresta, no território de Roraima. *Acta Amazônica*, v. 18, n. 1-2, p. 363-366, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v18n1-2/1809-4392-aa-18-1-2-0363.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

NASCIMENTO, Franzmiller Almeida; TAVARES JÚNIOR, Stélio Soares; BESERRA NETA, Luíza Câmara. Compartimentos geomorfológicos da região de Pacaraima. In: SENHORAS, Elói Martins; ZOUÉIN, Maurício Elias (Org.). *Pacaraima: um olhar geográfico*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. p. 25-47. (Comunicação e Políticas Públicas, 1).

ROCHA, Valcleia Barros; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Pacaraima no contexto regional fronteiro - Brasil/Venezuela. In: SENHORAS, Elói Martins; ZOUÉIN, Maurício Elias (Org.). *Pacaraima: um olhar geográfico*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. p. 51-71. (Comunicação e Políticas Públicas, 1).

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A urbanização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. (Estudos Urbanos, 5).

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTORI, Oseias Cordeiro; BETHÔNICO, Maria Bárbara de Magalhães. A reivindicação de um território: o caso de Pacaraima. In: SENHORAS, Elói Martins; ZOUÉIN, Maurício Elias (Org.). *Pacaraima: um olhar geográfico*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. p. 91-110. (Comunicação e Políticas Públicas, 1).

SILVA, Lenira Rique da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1999.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. 2002, 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VALE, Ana Lia Farias. *Nordeste em Roraima: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.